



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Recurso de agravo na Apelação Cível nº 282406-8 – Comarca de Jaboatão dos Guararapes**

**Agravante:** Município de Jaboatão dos Guararapes.

**Agravado:** José Carlos da Silva.

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO REALIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. FÉRIAS ACRESCIDAS DE 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIOS. DIREITOS FUNDAMENTAIS GARANTIDOS CONSTITUCIONALMENTE. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. A remuneração salarial é uma contraprestação pelos serviços efetivamente prestados, sendo um direito do trabalhador garantido pela Constituição Federal, independente do vínculo que o servidor tem com a Administração Pública, sob pena de enriquecimento sem causa. 2. A jurisprudência desta Corte de Justiça já consolidou entendimento reputando cabíveis o pagamento de férias e 13º salários mais 1/3 constitucional aos trabalhadores admitidos por contrato temporário, mesmo em casos da legislação de regência não conter tal previsão, por constituírem prerrogativas tidas como essenciais a qualquer trabalhador pelo ordenamento constitucional. 3. Não cabe suprimir do obreiro qualquer das garantias previstas na Carta Magna. 4. Recurso de Agravo improvido. Decisão unânime, sem vulneração ao art. 37, II e § 2º da CF.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo na apelação cível nº 282406-8, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Saliente Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Recurso de agravo na Apelação Cível nº 282406-8 – Comarca de Jaboatão dos Guararapes**

**Agravante:** Município de Jaboatão dos Guararapes.

**Agravado:** José Carlos da Silva.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de agravo em face de decisão que condenou a municipalidade agravante a pagar ao ora agravado a quantia correspondente à remuneração do mês de dez/2008, férias proporcionais (6/12 avos) com acréscimo de 1/3, referentes ao período de 2008, sujeito a correção monetária e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.

Em suas razões, de fls. 115/123, aduz o agravante que ante a nulidade de contratação, por ausência de concurso público, não ser devida a verba correspondente às férias proporcionais do período de julho a dezembro/2008, sendo devido, apenas, o salário referente ao mês de dezembro de 2008.

Requer, ao final, o provimento do agravo, para fins de prover o apelo, no sentido de ratificar a nulidade da contratação, por inexistência de concurso público, entendendo indevidas as parcelas que não se refiram estritamente a saldo salarial, prequestionando o art. 37, II e § 2º da CF.

É o relatório.

Recife, 21 de 03 de 2013

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Saliente Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Recurso de agravo na Apelação Cível nº 282406-8 – Comarca de Jaboatão dos Guararapes**

**Agravante:** Município de Jaboatão dos Guararapes.

**Agravado:** José Carlos da Silva.

**VOTO**

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de apelação cível em face de sentença que julgou parcialmente procedente o pleito inaugural, no sentido de condenar a municipalidade apelante ao pagamento correspondente à remuneração do mês de dez/2008, férias proporcionais (6/12 avos) com acréscimo de 1/3, referentes ao período de 2008. Sucumbência recíproca, compensando as despesas e os honorários advocatícios. Houve interposição de apelo, razões de fls. 79/85, onde se pugna pela reforma da decisão recorrida na medida em que a contratação do apelado fora uma burla às regras constitucionais, sendo tal contrato nulo, não havendo como ser procedente a condenação das férias proporcionais por ferir a jurisprudência do STF, devendo a aplicação dos juros de mora e correção monetária seguirem exclusivamente a redação da lei nº 9.494/97. Contrariedade, de fls. 89/96, pela manutenção do julgado vergastado, autos conclusos após distribuição, sem parecer ministerial. Feito este breve relato, decido. O cerne da questão em apreço diz respeito à existência, ou não, do dever de a Administração proceder ao pagamento das verbas remuneratórias referentes ao trabalho prestado pelo apelado, ainda que o referido contrato administrativo esteja eivado do vício insanável da nulidade. É firme o entendimento das Cortes Superiores no sentido de que, embora o contrato nulo não produza efeitos, excepcionalmente, deve ser resguardado o direito do administrado, que de boa-fé prestou os serviços, conferindo-lhe o direito à percepção da remuneração atinente ao trabalho prestado. Tal ocorre em atenção aos princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da vedação ao enriquecimento sem causa. Outro não é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e desta E. Corte de Justiça, consoante arestos adiante ementados: ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES. COBRANÇA JUDICIAL. PRINCÍPIO DO NÃO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. PAGAMENTO DEVIDO. 1. Apesar do TCU ter proferido decisão mandando anular o contrato, houve uma segunda decisão da mesma Corte de contas anulando esta primeira, em razão do descumprimento do princípio do devido processo legal. 2. A alegação do recorrente de que a decisão do TCU anulou o contrato por ilegalidade, e portanto, descaberia pagamento ao recorrido pelos serviços irregularmente prestados não merece prosperar pois esta decisão foi revista pela própria Corte de contas. 3. Se o Poder Público continuou recebendo a prestação de serviços pelo recorrido sem se opor, não pode, agora, valer-se de disposição legal que prestigia a

nulidade do contrato porque isso configuraria uma tentativa de se valer da própria torpeza, comportamento vedado pelo ordenamento jurídico por conta do prestígio da boa-fé objetiva (orientadora também da Administração Pública). 4. Recurso especial a que se nega provimento (REsp 1155273/RJ, T2, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ 28/09/2010). ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. COBRANÇA DE SALÁRIOS RETIDOS E NÃO PRESCRITOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE MINISTERIAL. VERBAS DEVIDAS. PRELIMINARES REJEITADAS. MÉRITO. APELO IMPROVIDO. 1. Conforme precedente citado deste sodalício, é a Justiça comum competente para processar ação de cobrança de verbas salariais decorrentes de contrato de trabalho por tempo determinado nos termos do art. 37, IX, da CF. 2. Preliminar de incompetência material à unanimidade rejeitada. 3. É reiterada a jurisprudência do STJ no sentido de que nas ações em que se discute interesse meramente patrimonial da fazenda pública não há necessidade de intervenção do Ministério Público. 4. Preliminar de nulidade do processo à unanimidade rejeitada. 5. Mérito. Desde que exerceram regularmente suas funções perante a edilidade apelante, fazem os apelados jus às verbas salariais reclamadas, à falta de comprovação oportuna de pagamento (art. 333, II, do CPC), sem que se entendam vulnerados os arts. 114, I, da CF e 82, II, e 246 do CPC. 6. Apelo à unanimidade improvido (AC 139804-5, 8CC, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 20/12/2007). Por sua vez, no que diz respeito aos juros moratórios e à correção monetária, melhor sorte socorre à Edilidade. É certo que o Superior Tribunal de Justiça, por julgamento do Resp nº 1.205.946/SP, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, firmou entendimento no sentido de que os juros de mora e a correção monetária são consectários legais da condenação principal e possuem natureza eminentemente processual, razão pela qual as alterações do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, introduzidas pela Medida Provisória nº 2.180-35/01 e pela Lei nº 11.960/09, têm aplicação imediata aos processos em curso, com base no princípio *tempus regit actum*, consoante se infere do aresto adiante ementado: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 85/STJ. JUROS MORATÓRIOS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.180-35 E LEI N. 11.960/09, QUE ALTERARAM O ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97. APLICAÇÃO IMEDIATA. MATÉRIA JULGADA SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. 1(...). 3. A Corte Especial, por ocasião do julgamento do Recurso Especial n. 1.205.946/SP, pelo rito previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil (Recursos Repetitivos), consignou que os juros de mora são consectários legais da condenação principal e possuem natureza eminentemente processual, razão pela qual as alterações do art. 1º-F da Lei 9.494/97, introduzidas pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001 e pela Lei 11.960/09, têm aplicação imediata aos processos em curso, com base no princípio *tempus regit actum*. (cf. Informativo de Jurisprudência n. 485). 4. Na mesma linha de compreensão, o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da questão constitucional nos autos do AI n. 842.063/RS, consolidou entendimento no sentido de que a Lei 9.494/97, alterada pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001, abrange os processos pendentes de julgamento, ainda que ajuizados em data anterior a entrada em vigor da lei nova. 5. Na hipótese dos autos, no pertinente aos juros moratórios, impõe-se a aplicação ao presente feito do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001, que determinou a incidência de juros de mora no percentual de 6% ao ano, desde a propositura da ação, em 8.09.2006, até 29.6.2009, e, a partir dessa data, os juros serão calculados nos mesmos moldes aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 5º da Lei n. 11.960/2009. (AgRg no AREsp 68533/PE, T2, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ de 01/12/2011). Por estas razões, com supedâneo no art. 557, *caput*, do CPC, dou seguimento parcial ao apelo, para ser o

~

valor da remuneração arbitrada, sujeito a correção monetária e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, mantendo-se no mais a incolumidade da sentença fustigada. Após o trânsito em julgado, baixem-se os autos para fins de direito. P. e I. Recife, 17 de janeiro de 2013. Des. Ricardo Paes Barreto. Relator.

A decisão isolada desta relatoria é bastante clara quanto ao entendimento das Cortes Superiores no sentido de que, embora o contrato nulo não produza efeitos, excepcionalmente, deve ser resguardado o direito do administrado, que de boa-fé prestou os serviços, conferindo-lhe o direito à percepção da remuneração atinente ao trabalho prestado, tal ocorre em atenção aos princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da vedação ao enriquecimento sem causa.

A jurisprudência desta Corte de Justiça já consolidou entendimento reputando cabíveis o pagamento de férias e 13º salários mais 1/3 constitucional aos trabalhadores admitidos por contrato temporário, mesmo em casos da legislação de regência não conter tal previsão, por constituírem prerrogativas tidas como essenciais a qualquer trabalhador pelo ordenamento constitucional, conforme se pode depreender do aresto diante ementado:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO EM CARÁTER TEMPORÁRIO REALIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. FÉRIAS E 13º SALÁRIOS. DIREITOS FUNDAMENTAIS GARANTIDOS CONSTITUCIONALMENTE. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. O trabalhador contratado pela Administração Pública para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, goza do direito à percepção de férias anuais remuneradas e décimo terceiro salário. 2. Não cabe suprimir do obreiro qualquer das garantias previstas na Carta Magna. Carta Magna 3. Recurso de Agravo improvido. 4. Decisão unânime (227465902 PE 0005004-53.2012.8.17.0000, 2CDP, rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgado em 21/06/2012).

Diante do exposto, a decisão recorrida não merece qualquer retoque, razão pela qual nego provimento ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013



**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**